

Família, Educação e Cultura

Em clima tenso, "conservadores" derrubam relatório

Da Sucursal de Brasília

Num clima tenso, em meio a vaias, os "conservadores" derrotaram ontem, por 37 a 26 votos, o relatório do relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), de centro-esquerda (segundo



levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"). Terminada a votação, o público que lotava as galerias atirou dinheiro sobre os "conservadores", chamando-os de "mercenários".

Derrotado o substitutivo, os constituintes iniciaram outra votação difícil: a dos 747 destaques. Os "progressistas", em minoria, vão tentar obstruí-la, e a comissão corre o risco de mandar à Comissão de Sistematização um relatório esvaziado — a exemplo do texto de apenas dois artigos aprovado pela Subcomissão

de Reforma Agrária, ainda na primeira etapa do Congresso constituinte.

A estratégia dos "conservadores" é aprovar um novo relatório, com suas propostas, através da votação dos destaques. Para isso, o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), um dos líderes desses "conservadores", pediu destaque para todos os artigos do substitutivo de Távola. O deputado é membro do que Távola chama de o "grupo do rádio" — formado, ao todo, por oito constituintes, todos com interesses nas concessões de canais

de rádio e TV. Em troca dos catorze votos do "grupo dos evangélicos", contra o substitutivo de Távola, o "grupo do rádio" garantiu que apoiará a censura.

Pouco antes da votação, Távola ainda tentou conquistar os evangélicos. Disse a eles que, se derrubassem o substitutivo, perderiam todo o capítulo reservado à família, no qual o relator acolheu todas as suas emendas. O relator tentou conquistar também os votos dos "liberais" do PFL. Através da deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), avisou a depu-

tada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) que faria concessões para a escola privada. Inútil. O setor mais moderado do PFL não quis aprovar o substitutivo, com receio de que os "progressistas" obstruíssem depois a votação dos destaques.

Manobra

Em manobra para obstruir a votação do substitutivo, os "progressistas" incluíram na comissão, no início dos trabalhos de ontem, os deputados José Maurício (PDT-RJ) e Gumerindo Milhomem (PT-SP). Maurício foi indicado pelo líder de seu partido

na Câmara, deputado Brandão Monteiro, para preencher uma terceira vaga do PDT que estava vazia. Para isso, abriu mão de ser titular da Comissão de Sistematização. E Milhomem, por um acordo de lideranças entre o PT e o PC do B, acabou ocupando a vaga aberta pela saída do deputado Pedro Canedo (PFL-GO).

Comentando sua derrota, o deputado Artur da Távola disse que "a direita só tem capacidade de articular nos espaços pequenos em que o povo não esteja presente".

Leia mais notícias sobre a comissão na pág. A-32.

Organização Eleitoral

Mantida proposta de 5 anos para Sarney

A Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições manteve no seu relatório final o artigo número 18, proposto pelo relator Prisco Viana (PMDB-BA), que fixa em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. Apesar de vinte e sete deputados terem sido contrários ao artigo e dezessete a favor, ele foi mantido porque seriam necessários 32 votos para eliminá-lo.

Todos os parlamentares do PFL votaram a favor dos cinco anos. No PMDB e no PDS houve divisões. Os deputados de centro-esquerda votaram contra o artigo, junto com PT, PDT e PC do B. Muitos dos que votaram pela supressão do artigo, alegaram que a discussão é pertinente à Comissão dos Poderes e Sistema de Governo.

Cabos e Soldados

Pela Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, os cabos e soldados passam a ter direito de voto. Quem estiver prestando serviço militar obrigatório, entretanto, fica com este direito suspenso. A Comissão manteve obrigatórios o alistamento militar e o voto, excetuando os analfabetos, os maiores de setenta anos e os deficientes físicos.

A emenda que concedia direito de voto a partir dos dezesseis anos, foi derrotada com trinta votos contra e dezessete a favor. O voto é permitido apenas aos dezoito anos. Se a Comissão de Sistematização mantiver a votação da Comissão de Organização Eleitoral, tanto o voto quanto o alistamento serão facultativos para os analfabetos, que poderão ser candidatos a qualquer cargo eletivo, desde que se cadastrem como eleitores.

Sistematização

Exame de anteprojetos deve começar na terça

Da Sucursal de Brasília

Depois da votação nas oito comissões, os trabalhos do Congresso constituinte entram em fase conclusiva: os anteprojetos aprovados nas votações deste final de semana começam a ser analisados, na próxima terça-feira, pela Comissão de Sistematização que se incumbirá de dar a forma final ao texto da nova Constituição, antes que ele seja votado em plenário a partir de 15 de julho. Nesta nova fase, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-BA), relator da Sistematização, passará a centralizar as atenções em Brasília.

Se todas as comissões conseguirem cumprir seus prazos, os anteprojetos das comissões terão de estar votados até amanhã à meia-noite. A gráfica do Senado Federal trabalhará durante toda a madrugada de terça-feira para que, pela manhã, as cópias dos avulsos já estejam circulando nas mãos dos 93 parlamentares que compõem a Comissão de Sistematização. Cabral terá até o próximo dia 26 para estudar os anteprojetos e elaborar seu próprio anteprojeto de Constituição.

Segundo Cabral, quando houver assuntos iguais tratados de forma diferente em duas comissões, "a comissão diretamente ligada ao tema será privilegiada". Exemplo: a discussão sobre sistema de governo é de competência da Comissão da Organização dos Poderes. Depois que o relator entregar seu anteprojeto, os membros da Sistematização poderão emendá-lo até o dia 2 de julho. A seguir, Cabral terá cinco dias para compatibilizar todas as emendas em um novo anteprojeto, que será submetido ao plenário da comissão no dia 7 de julho. Três dias depois começa o processo de votação do anteprojeto, ainda no âmbito da comissão.

Nessa fase, os parlamentares que julgarem suas emendas mal aproveitadas podem voltar a apresentá-las em plenário. Após a votação, Cabral terá prazo até 13 de julho para tentar harmonizar seu texto com as emendas. Ele apresentará, então, a redação final do anteprojeto, que será votado pela última vez na comissão, antes de ser remetido ao plenário do Congresso constituinte.

O trabalho de Cabral não acaba nesta fase. Se todos os prazos forem respeitados, ele deverá receber de volta o anteprojeto de Constituição no dia 15 de agosto, e terá de introduzir no texto as sugestões apresentadas no plenário do Congresso constituinte.

O reinício das discussões está marcado para o dia 10 de setembro. A 1.ª de outubro, Cabral recebe de volta o texto, com novas emendas. Redigirá a forma final do anteprojeto até 30 de outubro, quando os constituintes realizam sua última votação.